recebem não altera as condições inerentes ao serviço que prestam. Para aqueles que servem na metrópole e nas colónias a situação pode variar conforme o tempo de serviço em uma ou em outra prestados, e a mais equitativa resolução reside em conceder ao próprio funcionário o direito de optar pela aplicação das leis metropolitanas ou pela das leis coloniais, sujeitando-se nesta última hipótese à redução que resulta, para esse efeito, da conversão em colonial do tempo de serviço prestado no continente. Pelo que

Usando da competência que me confere o artigo 67.º-B da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A aposentação dos funcionários públicos que, embora recebendo vencimentos pelos cofres coloniais, servem exclusivamente no continente da República regula-se pela legislação em vigor para as aposentações dos funcionários públicos metropolitanos, devendo as pensões de reforma assim determinadas constituir encargo dos mesmos cofres que custeavam os vencimentos na efectividade de serviço.

Art. 2.º Os funcionários dos quadros coloniais destinados a servir nas colónias e no continente da República, quando desligados de serviço para aposentação, têm direito a optar pela aplicação das leis que regulam a aposentação dos funcionários metropolitanos ou pela aplicação das leis que regulam a aposentação dos funcionários coloniais, devendo neste último caso a contagem de tempo de serviço ser feita nos termos do artigo 3.º do decreto n.º 5:734, de 10 de Maio de 1919.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 25 de Junho de 1924.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—*Mariano Martins.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior

Decreto n.º 9:862

Tendo o decreto de 29 de Maio de 1920, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 12 de Junho do mesmo ano, fixado em 28 diários a cota a pagar pelos doentes pensionistas hospitalizados no Instituto de Oftalmologia de Lisboa;

Atendendo a que posteriormente os géneros alimentícios, medicamentos, combustível, roupas e calçado atingiram preço tam excessivo que a dotação orçamental do referido Instituto, apesar de sucessivamente aumentada, tem acusado *deficit* sempre crescente;

Considerando que todos os hospitais civis de Lisboa têm aumentado as cotas diárias e demais imposições onerosas a que são obrigados os doentes pensionistas ali admitidos a tratamento;

Atendendo a que as cotas pagas pelos referidos doentes no Instituto de Oftalmologia de Lisboa constituem receita do Tesouro;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução

Pública, decretar que os doentes pensionistas admitidos depois da publicação deste decreto a tratamento no Instituto de Oftalmologia de Lisboa paguem a cota diária de 15\$, depositando no acto da admissão a soma correspondente à primeira quinzena.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 25 de Junho de 1924.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—*Helder Armande dos Santos Ribeiro.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Direcção Geral de Saúde

Para conhecimento dos interessados e devidos efeitos se publica que S. Ex.ª o Ministro das Finanças, por seu despacho de 13 do corrente, depois de ouvidas as respectivas comissões privativa e central, deferiu as seguintes reclamações sobre melhorias de vencimentos:

Postes de Desinfecção Pública de Lisboa e do Porto

Ajudantes de maquinistas — fixados os seus vencimentos mensais melhorados em 409\$66.

As diferenças entre o vencimento acima designado e o que lhos estava sendo contado serão abonadas desde 1 de Janeiro de 1923.

Direcção Geral de Saúde, 23 de Junho de 1924.—O Director Geral, *Ricardo Jorge.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral do Ensino e Fomento

Decreto n.º 9:863

Tendo sido extinta a Direcção Geral da Economia e Estatística Agrícola, pelo decreto n.º 8:460, de 2 de Novembro de 1922, ingressando os respectivos serviços na Direcção Geral do Comércio Agrícola, a qual, por seu turno, foi também extinta pelo disposto no decreto n.º 9:379, de 11 de Janeiro do corrente ano, transitando os serviços que lhe competirem para a Direcção Geral do Ensino e Fomento, à excepção dos que se referem à estatística pecuária, que foram subordinados à Direcção Geral dos Serviços Pecuários;

Considerando que, em virtude dos mencionados diplomas, ficou alterada a constituição da comissão, de que trata o § 1.º do artigo 19.º do decreto n.º 7:027, de 15 de Outubro de 1920;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, e sob proposta do Ministro da Agricultura:

Hei por bem decretar o seguinte:

A comissão a que alude o § 1.º do artigo 19.º do decreto n.º 7:027, de 15 de Outubro de 1920, passa a ser composta pelo secretário geral do Ministério da Agricultura e pelos directores gerais do Ensino e Fomento e dos Serviços Pecuários do mesmo Ministério.

O Ministro da Agricultura assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 25 de Junho de 1924.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—*Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.*